



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2024

Proposta de Aditamento

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 123.º - A

Reforço de meios do ICNF

1. Para o ano de 2024 é retomado o Mapa de Pessoal do ICNF relativo a 2022, num total de 2377 postos de trabalho, acrescido de 20% do número de técnicos superiores, assistentes técnicos, assistentes operacionais, vigilantes da natureza e sapadores bombeiros florestais.
2. Até 31 de março de 2024 são lançados os concursos para preenchimento de todas as vagas consideradas no Mapa de Pessoal do ICNF de acordo com o referido no número anterior, sendo assegurada a colocação dos profissionais em falta.
3. A contratação dos profissionais referidos nos números anteriores é efetuada em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
4. Em 2024 é assegurado o reforço dos meios materiais do ICNF, designadamente em viaturas e demais material necessário para a intervenção na gestão e defesa da floresta, com uma dotação de € 2 000 000,00.

Assembleia da República, 10 de novembro de 2023

Os Deputados,

João Dias; Paula Santos; Bruno Dias; Alma Rivera; Alfredo Maia; Duarte Alves

Nota justificativa:

O ICNF, integrado numa orientação de minimização da presença do Estado, encontra-se cada vez mais ausente do território nacional que lhe cabe proteger e valorizar. A criação de Áreas Protegidas e a atribuição da sua tutela ao ICNF não correspondeu, nem corresponde, em medida alguma, ao reforço dos seus meios técnicos ou humanos.

As sucessivas tentativas de privatização da gestão, visitação e fiscalização no interior das áreas protegidas inseriram-se na lógica de que o Estado se deve retirar para dar lugar à total mercantilização dos recursos, colocando ao serviço de interesses privados o seu valor ecológico e o correspondente valor económico, retirando às populações o usufruto desses valores.

As reestruturações do ICNF e as alterações introduzidas na sua orgânica, tem conduzido à falta de efetivos que possam dar uma resposta satisfatória aos diversos problemas e dificuldades que se sentem nas áreas protegidas e demais territórios sob gestão do ICNF.

O Mapa de Pessoal do ICNF publicado para o ano 2022, previa a existência de 2377 efetivos. Contudo, os dados constantes do Relatório de Gestão para o ano económico de 2021 mostram que, nesse ano, o ICNF apenas dispunha de 1552 efetivos, faltando 242 técnicos superiores, 39 assistentes técnicos, 262 assistentes operacionais, 47 vigilantes da natureza e 219 sapadores bombeiros florestais face ao mapa de pessoal para o mesmo ano.

Por outro lado, verifica-se que os concursos publicados em 2022 apenas consideraram a integração de 52 trabalhadores na categoria de sapador bombeiro florestal, e para

2023, os concursos abertos respeitaram a 1 diretor, 3 técnicos superiores e 7 técnicos superiores com contrato a termo, para acompanhar projetos no âmbito do PRR.

Importa ainda referir que apesar da extensão de áreas protegidas ter vindo a aumentar e apesar das atribuições de competências ao ICNF terem também vindo a ser alargadas, verifica-se que o mapa de pessoal do ICNF para 2023 apresenta uma redução de efetivos, contando com apenas 2018 lugares, menos 359 postos de trabalho do que em 2022, ou seja, -116 técnicos superiores, -5 assistentes técnicos, -74 assistentes operacionais, -26 vigilantes da natureza e -145 sapadores bombeiros florestais.

Estes dados mostram que faltam recursos humanos para responder ao extenso conjunto de tarefas que são exigidas em matéria de planeamento, ordenamento, monitorização e intervenção nas diferentes áreas protegidas sob responsabilidade do ICNF, demonstrando a opção de transferir para as autarquias e para o sector privado de atribuições que deveriam ser asseguradas pelo Estado Central, de forma integrada e devidamente planeada.

É ainda de referir que, de acordo com o Balanço Social publicado o número de trabalhadores do ICNF com 55 ou mais anos de idade representa 46% do total de recursos humanos, constituindo um fator de apreensão e preocupação a curto e médio prazo.

Neste âmbito, é de grande preocupação o facto do índice de envelhecimento se agravar para as categorias profissionais relativas a assistentes técnicos (com valor próximo dos 74%) e a assistentes operacionais (aproximadamente de 55%), colocando ainda mais em causa a efetividade do acompanhamento do estado das áreas protegidas e da sua adequada gestão e conservação.

Neste contexto o PCP apresenta a proposta de reforço de meios humanos e técnicos para o ICNF, para que este instituto possa desempenhar adequadamente as funções

que se lhe encontram acometidas, designadamente no âmbito da defesa da floresta e da conservação da natureza.